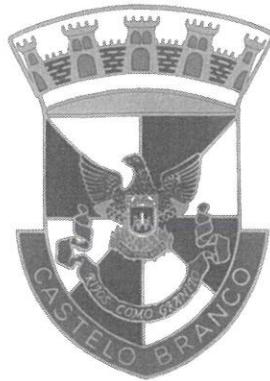


Aprovação do Caderno de Encargos.

03/03/2025

Art. de Yara Regina

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTELO BRANCO



Caderno de Encargos

AQUISIÇÃO DE BENS

CONCURSO PÚBLICO

“Aquisição de um VECI – Veículo Especial de Combate a Incêndios, com valências para Riscos Tecnológicos e Escoramento”

Valor Base: 449.200,00€

Prazo de entrega: entre 90 e 130 dias

Concurso Público nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 16º e Capítulo I, do Título I da Parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação



Índice

CLÁUSULAS	4
CAPÍTULO I	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
CLÁUSULA 1ª ENQUADRAMENTO	4
CLÁUSULA 2ª OBJETO	4
CLÁUSULA 3ª PARÂMETROS BASE	4
CLÁUSULA 4ª CONTRATO	5
CLÁUSULA 5ª PRAZO CONTRATUAL	5
CLÁUSULA 6ª ENTREGA DO BEM	6
CLÁUSULA 7ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	6
CLÁUSULA 8ª ADIANTAMENTOS DE PREÇO	7
CLÁUSULA 9ª JUROS DE MORA	7
CLÁUSULA 10ª REVOGAÇÃO	7
CLÁUSULA 11ª RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE	8
CLÁUSULA 12ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR	8
CAPÍTULO II	9
SUJEITOS	9
CLÁUSULA 13ª SUBCONTRATAÇÃO e CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	9
CLÁUSULA 14ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL PELO COCONTRATANTE	9
CLÁUSULA 15ª EXECUÇÃO PESSOAL	10
CAPÍTULO III	10
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	10
CLÁUSULA 16ª COLABORAÇÃO RECÍPROCA	10
CLÁUSULA 17ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE	10
CLÁUSULA 18ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR	10
CLÁUSULA 19ª CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM	11
CLÁUSULA 20ª CONTINUIDADE DE FABRICO	11
CLÁUSULA 21ª GARANTIA TÉCNICA	11
CLÁUSULA 22ª DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	13
CLÁUSULA 23ª ACEITAÇÃO DO BEM	13
CLÁUSULA 24ª CONFLITOS DE INTERESSE E IMPARCIALIDADE	13
CLÁUSULA 25ª SIGILO	13
CLÁUSULA 26ª PRAZO DE DEVER DE SIGILO	15
CAPÍTULO IV	15



PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	15
CLÁUSULA 27ª PENALIDADES CONTRATUAIS	15
CAPÍTULO V	16
CAUÇÃO E SEGUROS	16
CLÁUSULA 28ª CAUÇÃO	16
CAPÍTULO VI	16
DISPOSIÇÕES FINAIS	16
CLÁUSULA 29ª FORÇA MAIOR	17
CLÁUSULA 30ª DEVERES DE INFORMAÇÃO	17
CLÁUSULA 31ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	18
CLÁUSULA 32ª FORO COMPETENTE	19
CLÁUSULA 33ª DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	19
CLÁUSULA 34ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	19
CLÁUSULA 35ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	20
CLÁUSULA 36ª CONTAGEM DE PRAZOS	20
ANEXO	20



CLÁUSULAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1ª ENQUADRAMENTO

- 1 O presente procedimento tem por objeto a **"Aquisição de um VECI – Veículo Especial de Combate a Incêndios, com valências para Riscos Tecnológicos e Escoramento"**.
- 2 Na aquisição do bem abrangida pelo supracitado contrato, observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
- 3 Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, fica o fornecedor obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com o objeto do contrato.
- 4 A responsabilidade pelos serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do concorrente e só dele, não reconhecendo a Entidade Adjudicante a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o fornecedor.
- 5 Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua atual redação, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza da aquisição do bem a contratar, vigentes na legislação portuguesa e europeia.

CLÁUSULA 2ª OBJETO

- 1 O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual por **Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia**, que tem por objeto principal a **"Aquisição de um VECI – Veículo Especial de Combate a Incêndios, com valências para Riscos Tecnológicos e Escoramento"**, nos termos do Código dos Contratos Públicos, (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua atual redação, nas condições definidas nas especificações técnicas.

CLÁUSULA 3ª PARÂMETROS BASE

- 1 Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 42º do CCP, são definidos parâmetros base para os fatores preço e prazo, nas seguintes condições:
 - 1.1 Fator Prazo:
 - a) Parâmetro base máximo: 130 dias
 - b) Parâmetro base mínimo: 90 dias
- 2 As propostas a apresentar devem situar-se dentro dos parâmetros base definidos no ponto anterior.



CLÁUSULA 4ª CONTRATO

- 1 O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo fornecedor.
- 3 Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 5ª PRAZO CONTRATUAL

- 1 O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à data da aposição da última assinatura eletrónica no respetivo contrato escrito.
- 2 O fornecedor obriga-se ao fornecimento do bem objeto do contrato a celebrar pelo prazo indicado na proposta, não podendo ultrapassar os **130** (cento e trinta) **dias**, a contar da data da assinatura do contrato, ou até à entrega da totalidade do bem objeto do contrato, caso ocorra em data anterior;
- 3 O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
- 4 O contrato mantém-se ainda em vigor até à entrega do veículo à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco em conformidade com os respetivos termos e condições previstos no presente caderno de encargos e na lei aplicável, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato¹, nomeadamente a garantia do bem.
- 5 A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.
- 6 O contrato mantém-se em vigor até à entrega do veículo ou até ao termo do prazo de vigência do contrato, prevalecendo o que ocorrer em primeiro lugar, em conformidade com os respetivos termos

¹ Consoante esteja em causa uma pluralidade indeterminada de fornecimentos ao abrigo do Contrato, num dado prazo (não superior a três anos – cfr. artigo 440.º do Código dos Contratos Públicos), ou um fornecimento concreto e determinado.



e condições e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, nomeadamente a garantia dos serviços prestados.

7 Durante o período de vigência do contrato, o fornecedor não pode efetuar qualquer alteração ao preço e às condições acordadas com a Entidade adjudicante.

CLÁUSULA 6ª ENTREGA DO BEM

1 O bem deve ser entregue durante o horário de funcionamento da entidade adjudicante, em dias úteis, entre as 9:00 horas e as 18:00 horas, nas instalações da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, localizada na Rua Comandante Lúcio Miguel Pereira, em Castelo Branco;

2 O transporte para os locais indicados, as cargas e descargas serão da responsabilidade do fornecedor.

3 O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com entrega do bem objeto do contrato todos os documentos redigidos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daquele.

CLÁUSULA 7ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 Pelo fornecimento do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 O preço contratual não poderá exceder o valor base global de **449.200,00€** (quatrocentos e quarenta e nove mil, duzentos euros e zero cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

3 Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

- a. **90%** com a entrega do bem (viatura) e após verificação da conformidade do mesmo, verificação do preço, relativamente à proposta e conferência da fatura;
- b. **10%** 30 (trinta) dias após a entrega da viatura.

4 O preço referido no n.º 2 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante e que o concorrente prevê realizar na aquisição do bem, designadamente, os relativos ao transporte do bem objeto do contrato para o respetivo local de entrega, mão-de-obra, alimentação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de trinta dias após a apresentação da sua fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.

6 A fatura deverá referir especificamente o fim a que se destina nomeadamente para efeitos de elegibilidade das despesas e os valores a faturar respeitarão os valores unitários apresentados na proposta adjudicada.

7 Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, o Gestor do Contrato deve comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



8 Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas, a presente cláusula não autoriza o fornecedor a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe sejam incumbidas, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.

9 Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.

10 O fornecedor deve ter a capacidade de efetuar as faturas eletrónicas, no âmbito do presente contrato, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do CCP e nos termos do Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, e subseqüentes alterações, devendo ser enviadas eletronicamente pela forma que lhe será informada aquando da necessidade de o fazer.

CLÁUSULA 8ª ADIANTAMENTOS DE PREÇO

1 Em casos devidamente fundamentados, a entidade adjudicante pode propor adiantamentos do preço por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios das mesmas quando:

- a. O valor dos adiantamentos não seja superior a 30% do preço contratual;
- b. Seja prestada caução de valor igual ou superior aos adiantamentos efetuados, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 88.º e 90.º do CCP;

2 Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, no caso de a despesa inerente ao contrato se realizar em mais de um ano económico, o contraente público só pode efetuar adiantamentos de preço quando, até ao final do ano económico no qual são efetuados os adiantamentos, sejam realizadas prestações ou praticados atos preparatórios ou acessórios das mesmas de montante igual ou superior aos valores adiantados;

3 Em casos excecionais, podem ser efetuados adiantamentos sem que estejam reunidas as condições previstas nos números anteriores, mediante decisão fundamentada do órgão competente para autorizar a correspondente despesa;

4 Na falta de estipulação contratual, os adiantamentos são imputados aos pagamentos contratualmente previstos;

5 Os termos concretos da imputação a que se refere o ponto anterior, incluindo a aplicação das fórmulas que sejam julgadas relevantes, devem ser fixados no contrato;

6 No caso de se verificarem adiantamentos de preço, a liberação da caução prestada para garantir tais adiantamentos será liberada nos termos previstos no art.º 295º do CCP.

CLÁUSULA 9ª JUROS DE MORA

1 A obrigação de pagamento de juros de mora por parte da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, vence-se automaticamente, sem necessidade de novo aviso, uma vez vencida a obrigação pecuniária nos termos do n.º 1 do art.º 299º do CCP, consoante o caso, ou decorrido o prazo previsto no ponto 1 da cláusula 16 do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 10ª REVOGAÇÃO

1 As partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento;



- 2 Os efeitos da revogação são os que tiverem sido validamente fixados no acordo;
- 3 A revogação não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

CLÁUSULA 11ª RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º por remissão do artigo 451.º, todos do CCP, designadamente, nos casos de:

- a. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao fornecedor;
- b. Oposição reiterada do fornecedor ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
- c. Incumprimento, por parte do fornecedor e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes da entidade adjudicante no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução da aquisição do bem;
- d. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato;
- e. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f. O fornecedor se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.

2 A Entidade Adjudicante também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 334.º e 335.º do CCP.

3 O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante, podendo o fornecedor pronunciar-se sobre a resolução do contrato, a título sancionatório, nos termos previstos na Lei.

CLÁUSULA 12ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato em caso de:

- a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
- c. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.

3 Nos casos previstos no ponto 1, alíneas a) a c), o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



4 A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO II

SUJEITOS

CLÁUSULA 13ª SUBCONTRATAÇÃO e CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1 A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos dos artigos 316.º e seguintes do CCP.

2 A cessão da posição contratual e a subcontratação são sempre vedadas:

- a) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP;
- b) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

3 Nos casos previstos na alínea b) do ponto anterior, deve o contraente público, de imediato, comunicar, à Autoridade da Concorrência os indícios dos atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

CLÁUSULA 14ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL PELO COCONTRATANTE

1. É permitida a cessão da posição contratual, salvo quando se verifique uma das seguintes condições:

- a) Quando haja transmissão universal ou parcial da posição do cocontratante, na sequência de reestruturação societária, nomeadamente, oferta pública de aquisição, aquisição ou fusão, a favor de cessionário que satisfaça os requisitos mínimos de habilitação e de capacidade técnica e de capacidade económica e financeira exigida ao cocontratante;
- b) Quando o próprio contraente público assume as obrigações do cocontratante para com os subcontratados.

2. A autorização da cessão da posição contratual depende ainda:

- a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato em causa;
- b) Do preenchimento, por parte do potencial cessionário, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos ao cedente para efeitos de qualificação, quando esta tenha tido lugar na fase de formação do contrato em causa.

3. A autorização da subcontratação depende:

- a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato em causa;
- b) Do preenchimento, por parte do potencial subcontratado, de requisitos mínimos de capacidade técnica ou de capacidade financeira, quando o contrato subordinar



expressamente a subcontratação à avaliação dessas capacidades ou de uma delas, ou do preenchimento, por parte do potencial subcontratado, dos requisitos mínimos de capacidade técnica relativos às prestações a subcontratar, sempre que o cocontratante recorra à capacidade de potenciais subcontratados, para efeitos de qualificação na fase de formação do contrato.

4. É proibida a subcontratação de mais de 50% do preço contratual.

CLÁUSULA 15ª EXECUÇÃO PESSOAL

1 Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao cocontratante a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

CAPÍTULO III OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 16ª COLABORAÇÃO RECÍPROCA

1 As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

CLÁUSULA 17ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

- 1 Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:
- Efetuar o controlo da qualidade do fornecimento do bem, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, entre outras, contratadas, anotando os desvios detetados, identificando as causas, solicitando ao fornecedor a introdução de medidas corretivas, se aplicável.
 - Monitorizar o fornecimento do bem, em período regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotando os desvios detetados, identificando as causas, solicitando ao fornecedor a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
 - Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários ao fornecimento do bem;
 - Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade.

CLÁUSULA 18ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

1 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:



- a. Obrigação de entrega do bem identificados na sua proposta, em conformidade com as especificações técnicas, em anexo;
- b. Obrigação de garantia do bem até ao termo do prazo contratual;
- c. Obrigação de entrega do bem no prazo máximo indicado na proposta;
- d. Obrigação de efetuar o transporte, as cargas e descargas do bem no local indicado;
- e. Obrigação de manter os preços apresentados na proposta durante o prazo de validade do contrato;
- f. Proceder à substituição do(s) bem(ns) caso seja detetado qualquer falta de conformidade do(s) mesmo(s), nos termos da cláusula 21.ª (garantia técnica) do presente caderno de encargos.

2 A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à entrega do bem em causa, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria.

CLÁUSULA 19ª CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM

1 O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público, o bem objeto do contrato com as características definidas na sua proposta e conformes com as solicitadas no mapa de quantidades e Especificações Técnicas, em anexo ao presente caderno de encargos que dele faz parte integrante;

2 O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento;

3 É aplicável com as necessárias adaptações, o disposto na Lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade do bem;

4 O fornecedor é responsável perante a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue.

5 O bem objeto do contrato, bem como as respetivas peças, componentes ou equipamentos terão de ser novos.

CLÁUSULA 20ª CONTINUIDADE DE FABRICO

1 O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem o bem objeto do contrato pelo prazo estimado da respetiva vida útil.

CLÁUSULA 21ª GARANTIA TÉCNICA

1 Nos termos do presente ponto e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante o bem objeto do contrato, pelo prazo de



três² anos a contar da data da assinatura da confirmação da fatura, prevista na cláusula 6ª, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos e especificações técnicas, em anexo;

2 A garantia prevista no número 1 abrange:

- a. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f. A remoção do bem não conforme e a instalação do bem reparado ou substituto;
- g. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- h. A mão-de-obra.

3 No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4 A reparação ou a substituição prevista na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável, não superior a 30 dias, a contar do momento em que o adjudicatário tenha sido informado pela entidade adjudicante da falta de conformidade, e sem grave inconveniente para esta tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina, salvo comunicação fundamentada do adjudicatário que justifique um prazo superior, com base na natureza complexidade dos bens, a gravidade da falta de conformidade e o esforço necessário para a conclusão da reparação ou substituição.

5 Nos casos em que a falta de conformidade se manifeste no prazo de 30 dias após a entrega dos bens, a entidade adjudicante pode solicitar a imediata substituição dos bens ou a resolução do contrato, sem necessidade de verificação de qualquer condição específica.

6 O adjudicatário deverá estar dotado de bens de substituição, com fim à substituição temporária dos bens sujeitos a reparação e pelo prazo que durar a respetiva reparação, quando o bem em causa, pela sua natureza, assim o justificar.

7 Em tudo quanto for omissa no presente caderno de encargos relativamente ao direito à garantia técnica observar-se-á o disposto no regime legal que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, na sua redação atual.

² Nos termos do n.º 5 do artigo 444º do Código dos Contratos Públicos, o prazo de garantia não deve exceder três anos, podendo ser superior quando, tratando-se de aspeto submetido à concorrência, seja proposto pelo fornecedor.



CLÁUSULA 22ª DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

1 Correm integralmente por conta do fornecedor, os encargos ou a responsabilidade civil decorrente da incorporação em qualquer do bem objeto do contrato, ou da utilização nesse mesmo bem, de elementos de construção, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2 Se o contraente público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização do bem objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no ponto anterior, terá direito de regresso contra o fornecedor por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

CLÁUSULA 23ª ACEITAÇÃO DO BEM

1 Caso o bem objeto do contrato, esteja em conformidade com as exigências do caderno de encargos e disposições legais, e nele não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características definidas nas Especificações Técnicas, em anexo ao presente caderno de encargos, deve a fatura ser confirmada no prazo máximo de 15 dias.

2 Com a confirmação, a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade do bem objeto do contrato para a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

CLÁUSULA 24ª CONFLITOS DE INTERESSE E IMPARCIALIDADE

1 O fornecedor deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses para a Entidade Adjudicante.

2 O fornecedor obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, que possa resultar em quaisquer ónus ou responsabilidades para a Entidade Adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

CLÁUSULA 25ª SIGILO

1 O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

3 As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.

4 No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.



- 5** São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.
- 6** Cada uma das Partes obriga-se expressamente a tratar e manter de forma absolutamente confidencial toda a informação privilegiada de que venha a tomar conhecimento, abstendo-se de a revelar, total ou parcialmente.
- 7** As Partes obrigam-se expressamente a utilizar a Informação Privilegiada única e exclusivamente para os efeitos do presente procedimento, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto e independentemente dos fins, quer em benefício próprio quer de terceiro.
- 8** O fornecedor obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
- 9** Os dados pessoais a que o fornecedor tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
- 10** O fornecedor compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
- 11** As Partes mais se obrigam a garantir que a obrigação de confidencialidade aqui prevista será respeitada pelos seus trabalhadores, colaboradores e/ou qualquer pessoa que, em razão do trabalho ou serviço que preste, possa ter acesso a tal informação.
- 12** O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência da quebra de confidencialidade, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.
- 13** O fornecedor obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, a cumprir o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto) que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designado abreviadamente por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), nomeadamente a:
- Utilizar e tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
 - Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;



- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção e tratamento dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.
- f) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais.
- g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no caderno de encargos.
- h) O fornecedor obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e no RGPD e demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o fornecedor celebre com outras entidades por si subcontratadas.
- i) O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

14 Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao fornecedor, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.

15 No caso em que o fornecedor seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

CLÁUSULA 26ª PRAZO DE DEVER DE SIGILO

1 O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 4 (quatro) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CAPÍTULO IV PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 27ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1 Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do



incumprimento, e por valor equivalente ao(s) limite(s) máximo(s) legalmente aplicável(eis), nos seguintes termos:

- a. Pelo incumprimento das datas e prazos fixados no caderno de encargos e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, até 10% do preço contratual, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A / 365$$

Em que:

P corresponde ao montante da penalidade (€);

V é igual ao valor dos bens em atraso (€);

A é o número de dias em atraso.

- b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 5% do preço contratual;
- c. Pelo incumprimento das demais obrigações previstas no presente caderno de encargos, até 1% do preço contratual, por cada infração verificada.

2 Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor de 20% do preço contratual;

3 Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.

4 Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do fornecedor.

7 A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

CAPÍTULO V

CAUÇÃO E SEGUROS

CLÁUSULA 28ª CAUÇÃO

1 Tratando-se de contrato de valor inferior a 500.000,00 euros, nos termos do n.º 2 do art.º 88º do CCP, não será exigível a prestação da caução para a celebração do contrato.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS



CLÁUSULA 29ª FORÇA MAIOR

- 1 Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 30ª DEVERES DE INFORMAÇÃO

- 1 Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
- 2 Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 3 No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que, previsivelmente, será afetada a execução do contrato.



CLÁUSULA 31ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1 Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:

- a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
- b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
- c. Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);
- d. Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- e. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
- f. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
- g. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
- h. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- i. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
- j. Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.

2 Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.



3 Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

4 Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

CLÁUSULA 32ª FORO COMPETENTE

1 Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 33ª DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1 Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.

2 Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato.

3 Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

4 O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pelo acompanhamento permanente da execução do contrato, de acordo com as Peças Processuais, Especificações Técnicas e Mapa de Quantidades.

5 A Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do gestor do contrato quando este, de forma reiterada, faltar ao cumprimento das suas obrigações ou demonstrar falta de conhecimento das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do fornecedor.

6 A substituição do gestor do contrato, caso ocorra, será comunicada ao adjudicatário por mera notificação.

7 O fornecedor não pode invocar qualquer tipo de pretexto resultante de desconhecimento da natureza, importância ou âmbito do bem a fornecer, para atenuar a responsabilidade que assume com a execução do contrato.

CLÁUSULA 34ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português:

2 Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante (www.acingov.pt);

3 Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados ou por via postal, por meio de carta registada



ou de carta registada com aviso de receção, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das respetivas entidades a identificar no cabeçalho do contrato.

4 No caso das comunicações do fornecedor à Entidade Adjudicante, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.

5 Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.

6 Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante que sejam efetuadas após as 18:00 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

CLÁUSULA 35ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1 O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

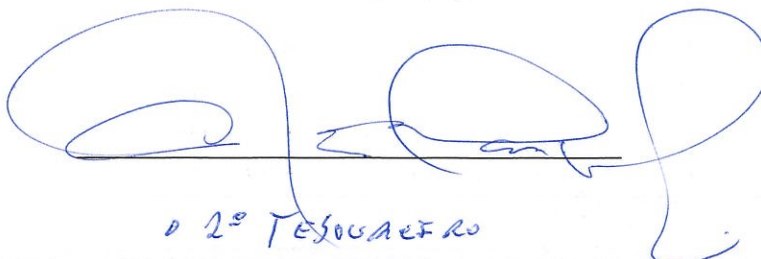
CLÁUSULA 36ª CONTAGEM DE PRAZOS

1 Os prazos previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

ANEXO

Especificações Técnicas.

O Presidente da Direção



O 2º Tesoureiro
Art.º 1º par. 1º